

REL-AUDIT-DAI - 52025

Código de validação: 0633EB5CCF

---

# Relatório do Sistema de Controle Interno

---

Tribunal de Justiça – TJMA e Corregedoria Geral de  
Justiça – CGJ

## Prestação de Contas – Exercício 2024



REL-AUDIT-DAI - 52025 / Código: 0633EB5CCF  
Valide o documento em [www.tjma.jus.br/validadoc.php](http://www.tjma.jus.br/validadoc.php)

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.  
#ConsumoConsciente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Diretoria de Auditoria Interna

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	3
1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL.....	4
2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.....	11
2.1. Da abertura de créditos adicionais.....	11
2.2. Do limite para dotação de outras despesas correntes.....	12
2.3. Do limite para dotação de despesas com pessoal e encargos sociais..	13
3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	15
3.1. Da realização da despesa.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

## **INTRODUÇÃO**

O presente Relatório é parte integrante da documentação exigida para fins de Prestação de Contas Anual, nos termos da Instrução Normativa nº 26/2011 e consoante à sistemática definida na Instrução Normativa nº 12/2005, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O objetivo deste documento é avaliar a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referentes ao exercício financeiro de 2024.

A prestação de contas do Poder Judiciário do Maranhão perpassa por seis unidades orçamentárias diferentes: o Tribunal de Justiça – TJMA (04101), a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102), o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ (04901), o Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM (04902), o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão – FERC (04903) e o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados – FUNSEG (04904).

Nesta oportunidade analisar-se-á apenas a execução orçamentária do Tribunal de Justiça – TJMA (04101) e da Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102), posto que as demais unidades serão avaliadas em instrumentos próprios.

As constatações e considerações apresentadas pela Diretoria de Auditoria Interna, enquanto 3ª Linha do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Maranhão, basearam-se em informações prestadas pela Diretoria Financeira, nos instrumentos de planejamento orçamentário vigentes no exercício de 2024 (PPA, LDO, LOA, Decretos de Execução e de Encerramento), em relatórios do sistema SIGEF e, em análises de processos e documentos administrativos.



## **1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

O Plano Plurianual vigente no quadriênio 2024-2027 foi estabelecido pela Lei nº 12.167 de 19 de dezembro de 2023. O Programa macro do Poder Judiciário previsto no PPA/2024-2027, Prestação Jurisdicional (código 0543), tem por finalidade *“proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade”*. Este programa foi subdividido em 11 (onze) Ações, das quais, 3 (três) foram desenvolvidas pelo TJMA (UO 04101) e pela CGJ (UO 04102), a saber, 4434 – Acesso à Justiça, 4478 – Comunicação e Divulgação e 6001 – Gestão de Corregedoria – CGJ.

O valor total planejado para o Programa Prestação Jurisdicional (código 0543) no ano de 2024 foi de R\$ 1.675.040.482,00 (um bilhão seiscentos e setenta e cinco milhões quarenta mil quatrocentos e oitenta e dois reais). Deste valor, 81% foram destinados aos projetos e atividades da unidade orçamentária do Tribunal de Justiça (04101-TJMA), ou seja, R\$ 1.356.396.950,00 (um bilhão trezentos e cinquenta e seis milhões trezentos e noventa e seis mil novecentos e cinquenta reais) e 0,27% à unidade orçamentária da Corregedoria Geral de Justiça (04102-CGJ), ou seja, R\$ 4.555.532,00 (quatro milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e trinta e dois reais).

O programa 0411 – Apoio Administrativo previu 3 (três) Ações desenvolvidas pelo TJMA (UO 04101), a saber, 0900 – Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual, 0901 – Contribuição ao Regime Geral da Previdência e 0963 – Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais.

O valor total planejado para o programa 0411 no ano de 2024 foi de R\$224.735.518,00 (duzentos e vinte e quatro milhões setecentos e trinta e cinco mil e quinhentos e dezoito reais).

Por sua vez, o programa 0499 – Operação Especial previu 1 (uma) Ação desenvolvida pelo TJMA (UO 04101) no exercício de 2024, qual seja, 0970 – Cumprimento de Sentença Judicial – TJ, no valor de R\$ 503.684,00 (quinhentos e três



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
Tribunal de Justiça  
Diretoria de Auditoria Interna

mil seiscentos e oitenta e quatro reais).

Segue abaixo quadro demonstrativo dos programas e as respectivas ações definidas no PPA 2024-2027 para o TJ e a CGJ no exercício de 2024:

<b>AÇÕES PPA 2024-2027</b>						
<b>PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL</b>						
<b>Projeto / Atividade</b>	<b>Finalidade</b>	<b>UO</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Metas</b>	
					<b>Física</b>	<b>Financeira</b>
4434 - Acesso à Justiça	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça	TJ	Medido pela despesa	unidade	712.162	1.355.396.950,00
6001 - Gestão da Corregedoria	Planejar, controlar e fiscalizar as atividades administrativas e judiciais da primeira instância e extrajudiciais do Poder Judiciário	CGJ	Processo Concluído	unidade	149	4.555.532,00
4478 - Comunicação e Divulgação Institucional	Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas	TJ	Medido pela despesa	unidade	1.000	1.000.000,00
<b>PROGRAMA 0411 - APOIO ADMINISTRATIVO</b>						
<b>Projeto / Atividade</b>	<b>Finalidade</b>	<b>UO</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Metas</b>	
					<b>Física</b>	<b>Financeira</b>
0900 - Contribuição à	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos					



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

Previdência do Servidor Público Estadual	servidores junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA	TJ	Medido pela despesa	unidade	-	179.843.569,00
0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	TJ	Medido pela despesa	unidade	-	41.091.949,00
0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Benefícios - FUNBEN	TJ	Medido pela despesa	unidade	-	3.800.000,00

**PROGRAMA 0499 - OPERAÇÃO ESPECIAL**

Projeto / Atividade	Finalidade	UO	Produto	Unidade de Medida	Metas	
					Física	Financeira
0970 - Cumprimento de Sentença Judicial - TJ	Garantir o pagamento de precatórios e sentenças judiciais, transitadas em julgado, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal	TJ	Medido pela despesa	unidade	-	503.684.000,00

**FONTE:** PPA 2024-2027

Segue abaixo a execução do Programa 0543 do PPA no exercício de 2024 para o TJMA e a CGJ:

PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	
Projeto / Atividade	6001 - Gestão da Corregedoria



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

Produto	Processo Concluído		
Unidade de Medida	unidade		
Metas Físicas			
Planejado (A)	Realizado (B)	Eficácia (B/A) = C	
149	107	0,72	
Metas Financeiras			
Planejado (D)	Realizado (E)	(E/D)= F	Eficiência (C/F)
4.555.532,00	3.819.873,28	0,84	0,86
Projeto / Atividade	4434 - Acesso à Justiça		
Produto	Medido pela despesa		
Unidade de Medida	unidade		
Metas Físicas			
Planejado (A)	Realizado (B)	Eficácia (B/A)=C	
712162	682612	1	
Metas Financeiras			
Planejado (D)	Realizado (E)	(E/D)= F	Eficiência (C/F)
1.355.396.950,00	1.370.891.115,61	1,01	Não disponível
Projeto / Atividade	4478 - Comunicação e Divulgação Institucional		
Produto	Matéria Veiculada		
Unidade de Medida	unidade		
Metas Físicas			
Planejado (A)	Realizado (B)	Eficácia (B/A)=C	
1.000	1.822	1,82	
Metas Financeiras			
Planejado (D)	Realizado (E)	(E/D)= F	Eficiência (C/F)
1.000.000,00	522.037,18	0,52	3,49

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia:  
Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0  
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência:  
Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

FONTES:  
1- PPA 2024-2027  
2- Relatório das Metas Físicas e Financeiras emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
Tribunal de Justiça  
Diretoria de Auditoria Interna

No tocante ao Programa 0543, verifica-se que:

a) a Ação 6001 mostrou-se com uma média eficiência ao atingir 72% da meta física tendo sido gasto 84% dos recursos financeiros planejados;

b) a Ação 4434 demonstrou uma execução financeira alinhada ao PPA durante o exercício, sendo eficaz e eficiente pois executou aproximadamente 100% da meta física para o exercício de 2024;

c) a Ação 4478 mostrou-se eficiente e eficaz, uma vez que ultrapassou em 82% a meta física utilizando-se apenas 52% dos recursos financeiros planejados.

A seguir observa-se a execução do Programa 0411 no PPA que se manteve regular em todas as suas ações.

PROGRAMA 0411 - APOIO ADMINISTRATIVO			
Projeto / Atividade	0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual		
Produto	Medido pela despesa		
Unidade de Medida	unidade		
Metas Físicas			
Planejado (A)	Realizado (B)	Eficácia (B/A) = C	
Medido pela despesa		Não disponível	
Metas Financeiras			
Planejado (D)	Realizado (E)	(E/D)= F	Eficiência (C/F)
179.843.569,00	187.027.670,62	1,04	Não disponível
Projeto / Atividade	0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência		
Produto	Medido pela despesa		
Unidade de Medida	unidade		
Metas Físicas			
Planejado (A)	Realizado (B)	Eficácia (B/A)=C	
Medido pela despesa		Não disponível	
Metas Financeiras			
Planejado (D)	Realizado (E)	(E/D)= F	Eficiência (C/F)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

41.091.949,000	35.911.659,55	0,87	Não disponível
Projeto / Atividade	0963 – Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais		
Produto	Medido pela despesa		
Unidade de Medida	unidade		
Metas Físicas			
Planejado (A)	Realizado (B)	Eficácia (B/A)=C	
Medido pela despesa		Não disponível	
Metas Financeiras			
Planejado (D)	Realizado (E)	(E/D)= F	Eficiência (C/F)
3.800.000,00	4.208.026,59	1,11	Não disponível
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0 Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50			
FONTES: 1- PPA 2024-2027 2- Relatório das Metas Físicas e Financeiras emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira.			

Abaixo, a execução do Programa 0499:

PROGRAMA 0499 - OPERAÇÃO ESPECIAL			
Projeto / Atividade	0970 - Cumprimento de Sentença Judicial - TJ		
Produto	Medido pela despesa		
Unidade de Medida	unidade		
Metas Físicas			
Planejado (A)	Realizado (B)	Eficácia (B/A) = C	
Medido pela despesa		Não disponível	
Metas Financeiras			
Planejado (D)	Realizado (E)	(E/D)= F	Eficiência (C/F)
503.684.000,00	560.358.159,98	1,11	Não disponível
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0 Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50			
FONTES: 1- PPA 2024-2027			



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

2- Relatório das Metas Físicas e Financeiras emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira.

Do quadro acima verifica-se que a execução da Ação 0970 ultrapassou o percentual de 11% de execução da meta financeira prevista.



## 2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o exercício de 2024 é a de nº 11.994, de 31 de julho de 2023. Ela propôs as metas e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2024.

### 2.1 Da abertura de créditos adicionais

Os artigos 33 a 41 da LDO para 2024 disciplinam o procedimento de abertura de créditos adicionais para o exercício.

As unidades orçamentárias TJMA e CGJ previam dotação inicial na LOA 2024, no montante de R\$ 2.089.372.000,00 (dois bilhões oitenta e nove milhões trezentos e setenta e dois mil reais). Durante o ano de 2024 foram abertos 03 créditos suplementares, sendo 01 decorrente de superávit financeiro e 02 por excesso de arrecadação no valor total de R\$ 82.423.313,52 (oitenta e dois milhões quatrocentos e vinte e três mil trezentos e treze reais e cinquenta e dois centavos).

Assim, a dotação atualizada ao final do exercício restou em R\$ 2.171.795.313,52 (dois bilhões cento e setenta e um milhões setecentos e noventa e cinco mil trezentos e treze reais e cinquenta e dois centavos).

Segue abaixo o resumo das alterações orçamentárias ocorridas no exercício de 2024:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				
Nº	Origem do Recurso	Documento	Publicação	Valor
1	Superávit Financeiro	Decreto nº 39.904	25/04/2024	42.023.860,00
2	Excesso de Arrecadação	Decreto nº 39.544	13/11/2024	22.900.667,52
3	Excesso de Arrecadação	Decreto Nº 39.631	13/12/2024	17.498.786,00



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

6	Anulação de Dotação- Recursos do Tesouro	Portaria-TJ-9742024	15/03/2024	25.000.000,00
7	Anulação de Dotação- Recursos do Tesouro	Portaria-TJ-16792024	07/05/2024	40.000.000,00
8	Anulação de Dotação- Recursos do Tesouro	Portaria-TJ-31822024	26/08/2024	70.000.000,00
9	Anulação de Dotação- Recursos do Tesouro	Portaria-TJ-42212024	05/11/2024	67.004.130,00
10	Anulação de Dotação- Recursos do Tesouro	Portaria-TJ-50792024	18/12/2024	17.948.324,30
11	Anulação de Dotação- Recursos do Tesouro	Portaria-TJ-50792024	18/12/2024	731.609,11
<b>Total</b>				<b>303.107.376,93</b>
<b>Acréscimos</b>				<b>82.423.313,52</b>
<b>Dotação Atualizada</b>				<b>2.171.795.313,52</b>

**Fontes:** Publicações no Diário da Justiça e no Diário Oficial do Estado do Maranhão encaminhados pela Coordenadoria de Orçamento – Diretoria Financeira

As formalidades legais previstas na LDO e na LOA foram cumpridas para as alterações orçamentárias constantes do quadro acima, não caracterizando os reforços de dotação realizados, nenhum procedimento irregular.

## 2.2 Do limite para dotação de outras despesas correntes

O artigo 17 da LDO 2024 estabeleceu como limite a ser observado para outras despesas correntes na proposta orçamentária de 2024,

o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária do ano de 2023, corrigida pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o período de julho de 2022 a junho de 2023.

Segundo ainda observa o parágrafo único do mesmo artigo, deverão ser excluídos do cálculo os valores das dotações destinadas ao pagamento de precatórios e despesas de capital destinados à construção de obras.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

Considerando as orientações acima, o limite fixado para o Poder Judiciário neste item foi de R\$ 1.715.117.275,53 (um bilhão setecentos e quinze milhões cento e dezessete mil duzentos e setenta reais e cinquenta e três centavos).

O valor orçado no grupo outras despesas correntes em 2024 para todas as unidades orçamentárias do Poder Judiciário (TJ e CGJ, FERJ, FESMAM, FERC e FUNSEG) totalizou R\$ 961.607.976,00 (novecentos e sessenta e um milhões seiscentos e sete mil novecentos e setenta e seis reais), estando 56% abaixo do limite estabelecido pela LDO, o que demonstra o cumprimento dessa exigência por parte do Poder Judiciário do Maranhão, conforme quadro abaixo:

LIMITE PARA OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
UO's	Orçado 2024	
	Outras Despesas Correntes	
TJ e CGJ	747.523.000,00	
FERJ	192.440.024,00	
FESMAM	966.000,00	
FERC	17.030.000,00	
FUNSEG	3.648.952,00	
Total	961.607.976,00	
<b>Dotação 2023<sup>1</sup></b>	<b>1.650.738.475,00</b>	
<b>Limite<sup>2</sup></b>	<b>1.715.117.275,53</b>	
<b>Diferença</b>	<b>753.509.299,53</b>	<b>56%</b>
<p>1-Excluídos os precatórios e as despesas de capital, conforme Art. 17, parágrafo único da LDO 2024 (Lei nº 11.994/23).</p> <p>2-Dotação 2024 corrigida pela variação acumulada do IPCA, para o período de julho de 2022 a junho de 2023.</p>		

## 2.3 Do limite para dotação de despesas com pessoal e encargos sociais



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

Quanto às despesas com pessoal e encargos sociais fixadas na proposta orçamentária para o exercício de 2024, observando-se os Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Judiciário do 1º, 2º e 3º Quadrimestres, verifica-se que a execução financeiro-orçamentária do exercício de 2024 cumpriu os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) para as despesas com pessoal e encargos sociais, posto que todos os percentuais apurados, respectivamente de 4,69%, 4,66% e 4,54% estiveram abaixo do limite legal de 6,0%.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

### 3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente para o exercício de 2024, Lei nº 12.168 de 19 de dezembro de 2023, fixou créditos orçamentários ao Poder Judiciário no valor de R\$ 2.403.460.000,00 (dois bilhões quatrocentos e três milhões quatrocentos e sessenta mil reais), assim distribuídos:

LOA 2024	
UO's	Dotação Inicial
TJ e CGJ	2.089.372.000,00
TJ	2.084.816.468,00
CGJ	4.555.532,00
FERJ	287.468.000,00
FESMAM	966.000,00
FERC	17.030.000,00
FUNSEG	8.624.000,00
<b>Total</b>	<b>2.403.460.000,00</b>
Fonte: LOA 2024	

O valor orçado às unidades orçamentárias do TJMA e da CGJ correspondeu a 86,93% do total fixado na LOA 2024. Quanto à fonte, os recursos destas unidades originam-se exclusivamente do Tesouro Estadual, sendo R\$ 1.860.080.950,00 (um bilhão oitocentos e sessenta milhões oitenta mil novecentos e cinquenta reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 224.735.518,00 (duzentos e vinte e quatro milhões setecentos e trinta e cinco mil quinhentos e dezoito reais) do Orçamento da Seguridade Social.

A despesa realizada nas unidades orçamentárias em comento aumentou 7,28% entre os anos de 2022 e 2023. A dotação para o exercício de 2024 aumentou 3,60% em relação à despesa realizada de 2023.

Segue abaixo a distribuição dos recursos na LOA 2024 entre as unidades orçamentárias TJMA e CGJ:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
Tribunal de Justiça  
Diretoria de Auditoria Interna

LOA 2024- TJMA E CGJ				
PROG/AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	GND	VALOR
0411	APOIO ADMINISTRATIVO			224.735.518,00
0.900	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL			179.843.569,00
	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA	TJMA	1	179.843.569,00
0.901	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA			41.091.949,00
	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	TJMA	1	41.091.949,00
0.963	CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS			3.800.000,00
	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Benefícios - FUNBEN	TJMA	1	3.800.000,00
0499	OPERAÇÃO ESPECIAL			503.684.000,00
970	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL			503.684.000,00
	Garantir o pagamento de precatórios e sentenças judiciais, transitadas em julgado, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal	TJMA	3	503.684.000,00
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			1.360.952.482,00
4.434	ACESSO À JUSTIÇA			1.355.396.950,00
	Expandir, agilizar e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais	TJMA	1	1.116.968.482,00
		TJMA	3	





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

	do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça.	TJMA	4	238.283.468,00
				145.000,00
<b>6.001</b>	<b>GESTÃO DA CORREGEDORIA</b>			<b>4.555.532,00</b>
	Planejar, controlar e fiscalizar as atividades administrativas e judiciais da primeira instância e extrajudiciais do Poder Judiciário	CGJ	3	4.555.532,00
<b>4.478</b>	<b>COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL</b>			<b>1.000.000,00</b>
	Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas	TJMA	3	1.000.000,00
<b>Total</b>				<b>2.089.372.000,00</b>
Fonte: LOA 2024				

### 3.1 Da realização da despesa

A despesa fixada na LOA para o exercício de 2024 às unidades orçamentárias do TJMA e da CGJ totalizou R\$ 2.089.372.000,00 (dois bilhões oitenta e nove milhões trezentos e setenta e dois mil reais).

No decorrer do exercício foram abertos créditos adicionais suplementares correspondentes a um acréscimo de R\$ 82.423.313,52 (oitenta e dois milhões quatrocentos e vinte e três mil trezentos e treze reais e cinquenta e dois centavos).

Assim, ao final do exercício a dotação orçamentária fixada restou em um montante de R\$ 2.171.795.313,52 (dois bilhões cento e setenta e um milhões setecentos e noventa e cinco mil trezentos e treze reais e cinquenta e dois centavos).

No quadro abaixo, vê-se a execução orçamentária geral das unidades orçamentárias TJ e CGJ:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

PROGRAMA / AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/B)
	(A)	(B)	(C)	(B-C)	
	2.089.372.000,00	2.171.795.313,52	2.162.738.542,81	9.056.770,71	99,58%
<b>0411 - APOIO ADMINISTRATIVO</b>	<b>224.735.518,00</b>	<b>227.147.357,76</b>	<b>227.147.356,76</b>	<b>1,00</b>	<b>100,00%</b>
0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	179.843.569,00	187.027.671,62	187.027.670,62	1,00	100,000%
0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	41.091.949,00	35.911.659,55	35.911.659,55	0,00	100,00%
0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais	3.800.000,00	4.208.026,59	4.208.026,59	0,00	100,00%
<b>0499 - OPERAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>503.684.000,00</b>	<b>569.408.044,00</b>	<b>560.358.159,98</b>	<b>9.049.884,02</b>	<b>98,41%</b>
0970 - Cumprimento de Sentença Judicial	503.684.000,00	569.408.044,00	560.358.159,98	9.049.884,02	98,41%
<b>0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL</b>	<b>1.360.952.482,00</b>	<b>1.375.239.911,76</b>	<b>1.375.233.026,07</b>	<b>6.885,69</b>	<b>100,00%</b>
4434 - Acesso à Justiça	1.355.396.950,00	1.370.893.787,66	1.370.891.115,61	2.672,05	100,00%
6001 - Gestão da Corregedoria	4.555.532,00	3.823.922,89	3.819.873,28	4.049,61	99,89%
4478 - Comunicação e Divulgação Institucional	1.000.000,00	522.201,21	522.037,18	164,03	99,97%

A despesa realizada no exercício de 2024 totalizou R\$ 2.162.738.542,81



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

(dois bilhões cento e sessenta e dois milhões setecentos e trinta e oito mil quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos) representando uma execução de 99,58% em relação à dotação final.

Em relação ao Programa 0411 verifica-se um percentual de execução 100,00% em relação à dotação final, reflexo do adequado planejamento das Ações 0900, 0901 e 0963.

No tocante ao Programa 0499 observa-se a execução de 98,41% da dotação final, e uma sobra orçamentária de R\$ 9.049.884,02. Cumpre lembrar que a execução da Ação 0970 decorre principalmente da transferência de recursos financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Judiciário para o pagamento de precatórios.

Quanto ao Programa 0543, observa-se uma execução regular geral de 100% da dotação final.

Sendo assim, observa-se que as unidades orçamentárias TJMA e CGJ tiveram uma boa execução de seus programas durante o exercício de 2024.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em face das análises realizadas verificou-se que:

- na execução do PPA, os Programas 0543 e 0411 apresentaram uma boa adequação entre as metas financeiras previstas e realizadas.
- houve o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- houve atendimento aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas de Pessoal e Encargos Sociais;
- as alterações orçamentárias analisadas observaram os requisitos legais para a sua abertura, indicando-se a existência de recursos para sua cobertura, conforme preceitua o art. 43 da Lei nº 4.320/64; e,
- a execução orçamentária do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral de Justiça foi regular durante o exercício de 2024.

São Luís, 26 de março de 2025.

**JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS**  
Diretora de Auditoria Interna  
Diretoria de Auditoria Interna  
Matrícula 107318

**STENIO LEONARDO RAMOS RIBEIRO**  
Analista Judiciário-Contador  
Coordenadoria de Auditoria  
Matrícula 175133

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 27/03/2025 12:12 (STENIO LEONARDO RAMOS RIBEIRO)  
Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 27/03/2025 13:08 (JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS)



REL-AUDIT-DAI - 52025 / Código: 0633EB5CCF  
Valide o documento em [www.tjma.jus.br/validadoc.php](http://www.tjma.jus.br/validadoc.php)

**Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.**  
**#ConsumoConsciente**